

Urânio: Solução à vista, apesar do PS

20-Mar-2010

Depois de ter chumbado por duas vezes o acesso às pensões de invalidez dos antigos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, o PS tenta agora limitá-las.

Todos os partidos da oposição apresentaram propostas para garantir esse acesso aos trabalhadores afectados pela exposição a material contaminante. Mas o PS, depois de ter chumbado por duas vezes iniciativas semelhantes quando tinha maioria absoluta no Parlamento, anuncia agora que irá viabilizar apenas as do PSD e CDS, que limitam aquele acesso a um período mínimo de permanência na empresa.

“Com esta posição o PS contraria todos os estudos científicos que existem sobre esta matéria”, criticou a deputada do Bloco de Esquerda Mariana Aiveca.

A deputada do Bloco sublinhou o “erro grave” de manter apenas abrangidos pelo regime de acesso às pensões os trabalhadores que estavam ao serviço à data da dissolução da empresa, considerando mesmo esta opção como “um absurdo”. Mariana Aiveca recordou ainda os números referentes a mortes por doença de trabalhadores da ENU: “Em março de 2008 eram 80, hoje sabe-se que faleceram 115 trabalhadores de cancro”.

Da parte do CDS, cujo projecto de lei alarga as pensões aos trabalhadores a um vínculo mínimo de quatro anos com a empresa, o deputado Helder Amaral afirmou que terá “abertura para olhar para as propostas do BE, PCP e PEV” na especialidade.

António Minhoto, porta-voz da comissão dos antigos trabalhadores, está confiante em como o problema será resolvido na próxima semana. “Os partidos da oposição reafirmaram todo o seu apoio e o PS disse que ia ponderar a sua posição no sentido de viabilizar os projectos de lei, por isso estamos convencidos de que na próxima quinta feira serão aprovados”, disse à agência Lusa.

Desta forma, e depois de uma luta que se arrasta há cerca de oito anos, António Minhoto acredita que “este processo está pacificado, o que só peca por tardio, devido à teimosia do PS”, que já chumbou, por duas vezes, os projectos de lei dos partidos da oposição.

Intervenção de Mariana Aiveca